

**SINGULARMENTE PLURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
IDENTIDADE DA MULHER DA (NA) VIDA**Manuela Cunha de Souza¹

Resumo: Alicerçando-se teoricamente na concepção de identidade(s) fragmentada(s), proposta pelos Estudos Culturais, destacam-se, neste artigo, os múltiplos lugares sociais ocupados pelas mulheres, rasurando, em especial, o binômio posto sobre a representação da meretriz: ora vítima, ora algoz de sua situação. Para tanto, reflete-se acerca da condição da prostituta dentro e fora do mercado do prazer, observando o constante agenciamento de suas identidades que ultrapassam a dicotomia de sua imagem. A fim de refletir a representação da meretriz hoje, traceja-se o percurso histórico da depreciação dessas mulheres, focalizando como estas imagens são pautadas na regulação da sexualidade feminina, assim, desvelando a construção social de categorias naturalizadas ou reprimidas pela sociedade.

Palavras-chave: Mulher, Meretriz, Identidade, Estudos Culturais.

No poema *Todas as vidas*, Cora Coralina (2010) revela a base primordial para a reflexão sobre a identidade feminina, quando o eu-lírico afirma que dentro de si vive uma cabocla e seus feitiços, a lavadeira e seu trabalho, a cozinheira e seus quitutes, a mulher do povo, a da roça e a da vida. Dentro de cada categoria dessas, existem pessoas ímpares, que, além desta singularidade, assume outras identidades ao longo de suas vivências. “Todas as vidas dentro de mim: Na minha vida – a vida mera das obscuras”. Reduzir a mulher a apenas uma categoria é velar a pluralidade inerente à identidade humana, por conseguinte, à mulher.

Ao falar da meretriz, percebe-se que ainda se torna mais comum discursos limitadores de sua identidade, basicamente pautada em dois binarismo: a segregação da prostituta e mulher de família, como se suas características fossem uniformizadas e dicotomizadas; e o paradoxo de considerar a profissional do sexo ou uma vítima da sociedade ou a mulher fatal livre sexualmente. O paradoxo é a palavra de ordem dessa discussão para muitos. Entre o renegar as prostitutas e as aceitar; entre a sua tristeza e seu desejo, suas representações identitárias vão cambiando.

Nesse sentido, este artigo visa discutir a polarização identitária feminina, especialmente com a figura da meretriz. Um mosaico de papéis esculpe as identidades da mulher e, no seu percurso, ela se constrói e se reconstrói para além de representações

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura – PPGELit da Universidade Federal da Bahia; Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia; docente do Instituto Federal da Bahia – IFBA.
manuelacsouza@yahoo.com.br

binárias. É preciso considerá-la como sujeito fragmentado, móvel, que vive em constante agenciamento de suas identidades e se (trans)forma a partir dos caminhos e descaminhos pelos quais atravessa,.

Ora a *femme fatale*, ora uma vítima da sociedade ou de seu destino: ambas as perspectivas mostram-se limitadoras e estanques, reduzindo a mulher a apenas um olhar. Quando a profissional do sexo reproduz um discurso vitimista, desconsidera-se de sua situação, apontando sempre o outro como responsável pelo seu “destino”, criando (ou alimentando) um binarismo de sua representação: vítima *ou* algoz. Essa dicotomia sombreia suas outras identidades, enraizando-as apenas como uma coisa ou outra.

Para refletir sobre o agenciamento das identidades da meretriz, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca da construção das representações da mulher. Muito se tem discutido sobre a identidade em diversas perspectivas, criticando a sua unicidade e integridade. A concepção de identidade encontra-se sob rasura, numa perspectiva de que os conceitos antigos não suprem as novas demandas, todavia, não se tem novas formulações que preencham tal lacuna.

Com esses deslocamentos do antes chamado sujeito cartesiano, sendo pensado agora como influenciador e influenciado das culturas de contato (BHABHA, 2010), é importante repensar o lugar dos sujeitos nos processos discursivos. A identificação, do ponto de vista discursivo, é um processo de construção em eterna ressignificação, ratificando a fluidez com a qual o indivíduo se insere em um ou outro grupo. Hall (2009, p. 112), nessa esteira, destaca que “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. Dessa forma, o autor ratifica a fluidez da identidade.

Mesmo com os Estudos Culturais tensionando as barreiras identitárias, ratificando que uma mesma pessoa assume identidades variadas, o olhar sobre a mulher, em especial sobre a prostituta, estagna em estereótipos, desconsiderando sua multiplicidade. Assim, podemos dizer que, enquanto alguns muros estão sendo esgarçados, principalmente os que segregavam os sujeitos da margem, outras muralhas vão sendo (re)construídas. Obviamente, entendemos que a posição margem-centro é também movida e reconfigurada no tempo e no espaço.

Entretanto, a representação das garotas de programa, ora figura de liberdade, ora de escravidão, não escapa equivocadamente à polarização, desconsiderando-se as nuances da identidade feminina. Fragmentar a prostituta é não considerar a totalidade

desta mulher. Tentar uniformizá-la é uma forma de desconsiderar a diversidade de sua situação.

Nesse ínterim, considera-se, com afirma Zygmunt Bauman (2005), que a identidade é uma categoria socialmente necessária e é constituída pelo reconhecimento, referindo-se aos grupos de segmentos diversos, como raça, etnia, gênero e religião, que se unem. Identidade, segundo o dicionário Aurélio, é “os caracteres próprios e exclusivos duma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc” (FERREIRA, 1993, p. 291). Essa definição enrijece o conceito, como se alguém pudesse ter características próprias, como se estas fossem inatas e imutáveis, o que resgata crenças antigas de que as características de cada sujeito eram definidas divinamente e que nada poderia alterá-las.

Hall (2009) esquematiza o percurso diverso do “conceito” de identidade pontuando três tipos de sujeitos relacionados à questão identitária: o *sujeito iluminista*, criado no fim do século XVIII, que é o indivíduo que tem autenticidade, uma identidade individualizada, pessoal; o *sujeito sociológico*, que concebe sua identidade a partir do dialogismo entre culturas e povos, buscando se reconhecer neles – nesse ponto, destaco que essa relação se estabelece na interação, dessa forma, o sujeito seria influenciado e influenciador das culturas de contato; e o *sujeito pós-moderno* que é fragmentado, assumindo diversas identidades a depender do momento. Assim, toma-se, neste trabalho, por identidade a perspectiva dos Estudos Culturais, em que se critica a ideia de unidade identitária e se ratifica que a identidade é construída a partir da diferença.

A relação entre identidade e diferença é de suma importância para a discussão sobre o conceito da primeira. Para Tomaz Silva (2009, p. 74), a “identidade é simplesmente aquilo que se é”, logo, se há algo para ser, consequentemente há algo que não se é, senão tudo seria a mesma coisa. Assim, a identidade só existe por haver o diferente, algo para se contrapor, ou simplesmente não ser igual. O diferente, entretanto, não é visto, na maioria das vezes, como algo simplesmente diverso. Há uma cadeia hierárquica que rege o social e o cultural.

Nesse sentido, Kathryn Woodward (2009, p. 50) considera que a “diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros”. A depreciação do diferente é uma maneira de afirmar-se como superior. Considerar que a identidade demarca fronteiras significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora de tal categoria. A identidade, então, está ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”.

Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder.

Essa relação é visível na dicotomia² entre a mulher “santa”, pura, a mãe de família e as profissionais do sexo. A depreciação das meretrizes serve de contenção à liberdade sexual feminina, pois, subjugar-la é uma forma de reprimi-la e segregá-la. O processo de associação da prostituição ao submundo pode ser traçado pela História. Nancy Qualls-Cobergtt (2005) descreve que, durante a Grécia Antiga, por exemplo, as prostitutas eram as únicas mulheres que podiam participar das rodas literárias, elas eram consideradas divindade, sendo valorizadas enquanto intelectual e mulher. No entanto, com a moral cristã da Idade Média, as meretrizes foram representadas pela escória, relacionadas quase sempre às doenças. Foi preciso a criação de leis para regular e reprimirem as prostitutas, separando-as das moças “direitas”, por conseguinte, polarizando-as. Assim, ratifica-se que o diferente não é tido apenas como distinto, ele é também depreciado.

Homogeneizar as mulheres em categorias estanques é uma atitude historicamente construída. As mudanças na visão do feminino passam basicamente por três modelos históricos, segundo Lipovetsky (2000). A *primeira mulher* é associada às potências do mal e do caos, representada por Eva – que, através da sedução e transgressão, comeu o fruto proibido causando a expulsão de Adão do Paraíso. Na segunda Idade Média, surge o modelo da *segunda mulher*, paradoxalmente à anterior, ela é sacralizada e suas perfeições físicas e morais são cultuadas.

Sobre o que Lipovetsky chama de primeira e segunda mulher, destaca-se que o dito “eterno feminino” se encontra atrelado às imagens de suas figuras: a mulher fatal e a musa. A primeira é a *femme fatale*: perversa e depravada; cria-se, por sua vez, uma imagem mítica da mulher também inacessível, como uma vampira. Já a segunda é um culto à dama, criada, desde o século XII, é uma exaltação aos traços considerados femininos, e são relacionadas, comumente, ao amor espiritual e puro, sendo consideradas mediadoras entre o divino e o humano. Sobre essa polarização do feminino, Laure Adler e Élisabeth Lévy (2009, p. 139) afirmam que “Reste à savoir si cet <<éternel féminin>> n’est plus aujourd’hui qu’un stéréotype périmé ou s’il n’entre pas

² Essa dicotomia da mulher “anjo” e da mulher “demônio” é frequentemente utilizada, em especial, nos textos literários e letras do cancionário popular. Suas marcas são postas como binárias: enquanto a mãe, símbolo da sacralização feminina, é “a companheira ideal, comparada à virgem Maria”, segundo Pierre Brunel (2005, p. 147); a “Outra” vive para si e não para outrem, comumente associada à tentação e ao pecado.

encore en résonance avec notre imaginaire, et avec la réalité”³. Nesse sentido, vale salientar que essas visões da mulher, ao longo dos séculos, nada mais são do que representações homogeneizadoras e dicotomizadas.

Por fim, ainda sobre os estudos de Lipovetsky (2000), após a concepção da mulher idealizada e a da mulher fatal, nasce a *terceira mulher*, originada sobre o signo do questionamento, da dúvida. Nem exaltada, nem execrada; nem divina, nem profana. Sua imagem não comporta dicotomias, nem categorizações, por não haver traços específicos que devam ser obedecidos. Não há, então, mais um lugar imperativo dela na ordem social. Nesse sentido, múltiplas e fluidas são as suas representações identitárias.

É recorrente também o binarismo ao categorizar homens e mulheres. Sobre essa dicotomia entre o feminino e o masculino, Pierre Bourdieu (2010, p. 19) cria um esquema sinóptico das oposições entre os gêneros, demonstrando as múltiplas polaridades em que são inscritas a relação entre os sexos. O homem e a mulher tornam-se, então, uma espécie de duplo um do outro. Sobre isso, o mito andrógino⁴ conta a história do homem que, inicialmente, era uno e, por causa de suas transgressões, foi punido pelos deuses com o desdobramento de si em dois gêneros, sendo assim condenado à busca incessante da metade perdida ao longo de sua vida (LAMAS, 2004). Na mitologia, havia três espécies ancestrais da humanidade: uma representada pela posse das propriedades masculinas, filho do Sol; outra das marcas femininas, filha da Terra; e, por fim, uma andrógina, em que se unem traços masculinos e femininos, filhos da Lua – astro entre o sol e a Terra (BRUNEL, 2005, p. 26-39). Sendo assim, para haver o híbrido, é necessária a união dos dois gêneros, é preciso que eles se encontrem.

Assim como no mito de Platão (2009), as mulheres, muitas vezes, ainda buscam romanticamente sua “outra metade” para se sentirem completas. Logo, encontrar um “bom partido” é o desejo considerado da mulher, sobretudo daquela ainda presa às regras da família patriarcal. Surge a idealização de um homem que a salve dos perigos e seja um bom provedor mantendo ou melhorando a sua posição social. Nesse sentido, Bourdieu (2010, p. 83), afirma que:

Se as mulheres se mostram particularmente inclinadas ao amor romântico ou romanesco, é, sem dúvida, por um lado, porque elas têm nele particular

³ Resta agora saber se este <<eterno feminino>> não é nada mais, hoje, que um estereótipo primeiro ou se ele não entra novamente em ressonância com nosso imaginário, e com a realidade (tradução nossa).

⁴ Mito abordado no *Banquete* de Platão (2009), que revela, em seis discursos diversos, as origens do duplo na natureza de Eros, deus do amor. Basicamente existem três perspectivas: uma que considera que só existe um Eros que se vê novo e velho; outra em que Eros está ligado à Afrodite Pandêmia, logo, ao amor heterossexual e físico, e também à Afrodite Urânia, atrelada ao amor masculino e à alma; por fim, a terceira duplicidade refere-se ao mito “que representa o instinto que permite aos homens reencontrar momentaneamente sua unidade primordial, a felicidade” (BRUNEL, 2005, p. 322).

interesse: além do fato de prometer liberá-las da dominação masculina [ao menos a paterna], eles lhe oferece, tanto em sua forma mais comum, como o casamento, pelo qual, nas sociedades masculinas, elas circulam em todos os lugares, [...] uma via, às vezes a única, de ascensão social.

Em contrapartida, destaca-se o paradoxo da ideia de que apenas a meretriz seria esse sujeito fragmentado, que separa o sexo do amor. Durante muito tempo, os casamentos foram “arranjados”. A família escolhia, por questões políticas e econômicas, com quem sua filha deveria casar. Sendo assim, uma das obrigações do matrimônio para a mulher era a procriação, logo, era necessário que mantivesse relações sexuais com seu marido, mesmo que ela não o amasse, mas o jogo matrimonial impunha certas regras. Dessa forma, o marido relacionava-se com sua esposa visando a procriação e buscava nos bordéis, prostíbulos, “pensões alegres” sua satisfação sexual com as prostitutas. Assim, percebe-se que tanto a esposa prometida, quanto o marido sabiam, também, separar o sentimento do prazer.

Essa polarização masculino/feminino enquanto razão/emoção reduz as mulheres (e os homens), agregando-as a uma categoria com características homogêneas, em contraposição às qualidades do masculino. Enquanto o homem é representado pela força, racionalidade; a mulher emana fragilidade e subjetividade. Elas amam amar. Nesse sentido, as representantes do sexo feminino estariam em uma constante busca de uma realização amorosa. Todavia, com o passar do tempo, “as mulheres dissociam cada vez mais o amor do casamento, preferindo com frequência o concubinato ao anel no dedo” (LIPOVETSKY, 2000, p. 33). Além disso, a categoria mulher é, por sua vez, socialmente construída, não comportando uma unidade de pensamento. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2012, p. 59). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a naturalização da dicotomia homem/mulher tem sido questionada, desde os primeiros estudos dos desconstrucionistas, e, em seu lugar, tem-se pensado nos jogos de poder que sustentam a noção naturalizada de gênero pautada em uma ordem heterossexual.

Se há uma grande diferença existente entre os sexos, maior ainda é a segregação que existe dentro do “grupo” mulher. Mesmo com as mudanças sociais, em especial as ocorridas em meados do século XX, com queima de sutiãs, direito ao voto e todas as conquistas que as mulheres galgaram, elas se hierarquizam, seja por classe, seja pela moral, em especial a relacionada à sexualidade. Margareth Rago (2008, p. 19) conclui que “a preocupação com o sexo está no universo cultural e moral de muitos, senão de todos. É uma moral imperativa [...] por problematizar a sexualidade feminina, como sexualidade dominada” que deve seguir aos preceitos difundidos pela sociedade patriarcal.

Por vezes, parece que esses preconceitos desconsideram que as meretrizes também possuem “atributos das mulheres de família”, bem como, essas podem ter alguma característica do estereótipo da meretriz. A tentativa de categorizar as mulheres de família como se elas fossem homogêneas em um polo e as prostitutas como seu oposto, a partir de valores morais, é uma forma de criar estigmas, obscurecer a pluralidade silenciada nas categorizações e a singularidade de cada indivíduo.

Não se pode perder de vista, que ser meretriz não apaga os outros lugares sociais que a mulher assume nas diversas instâncias de sua vida. Há uma impossibilidade de se “escolher” ou assumir uma identidade definida, já que, dentro de cada uma delas, podem-se encontrar grupos identitários menores (HALL, 2006). Dentro da categoria mulher, por exemplo, existem os grupos das mães, religiosas, professoras, taxistas, divorciadas, mas apesar de todas as diferenças, elas possuem em comum serem do sexo (biológico) feminino. Não se pode ter consciência de sua identidade se não considera que há outras identidades que a diferem. Aproveitando-se disso, muitos buscam legitimar-se, abafando ou depreciando a identidade do outro. O mundo líquido atual está cheio de possibilidades, fluidez e mudança – o sujeito pós-moderno deve apropriar-se de várias identidades ao tecer suas redes de conexões (BAUMAN, 2005).

A dicotomia entre a mulher “santa” e a “puta” tem sido alterada gradativamente na sociedade. É desconsiderado, muitas vezes, que o que difere essas duas categorias e as torna polarizadas é um contrato social e moral que recai sobre as mulheres, baseado em ideais androcêntricos e patriarcais. Na verdade, o que distingue o ser humano dos animais em relação à sexualidade é que, para além do instinto, o homem vive a partir de leis que regulam o convívio em sociedade. Com a luta pela liberdade, direito de trabalhar, busca por uma equiparação intelectual com o masculino, a mulher vem tentando ampliar seu espaço para além dos limites do lar. Contudo, muito preconceito ainda é visto na figura da prostituta, diferentemente de como era representada a sua imagem há séculos, referindo-se a união entre prazer e inteligência.

A imagem de poder que a prostituição exerce, para alguns, é uma visão romantizada, como se a meretriz fosse a *femme fatale*, que faz o instinto prevalecer a razão. Essa representação mobiliza o imaginário tanto feminino, quanto masculino. Para não fomentar e reprimir a prática da prostituição em busca de uma liberdade financeira e sexual da mulher, foi necessário que a sociedade atrelasse a imagem da prostituta à escória social. Então, ela era (e ainda é) vista como mais uma mercadoria comercializada pelo capitalismo, representante da degradação humana.

Essa visão desconsidera que um mesmo sujeito pode participar de diversos grupos dependendo da situação. Os fenômenos culturais são multideterminados pelos agentes tradicionais e modernos. Assim, o indivíduo adquire diferentes identidades dependendo do seu momento. Observa-se, então, o sentimento de ambiguidade entre repulsa e atração que os

homens (e talvez até algumas mulheres) sentem pelas meretrizes. Elas faziam, e ainda fazem, parte da engrenagem social, ao passo que eram repudiadas pela mesma sociedade.

A mulher pública era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. E também a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do sujeito pós-moderno e a separação radical entre o erótico e o amor (RAGO, 2008, p. 43).

Assim, para conter o afã da liberdade feminina espelhada nas imagens das meretrizes, diversos setores sociais uniram-se para propagar os perigos que o território do prazer trazia. Para moralizar os costumes, “[...] médicos, juristas e criminologistas tentaram unificar seus esforços para definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer [...]” (RAGO, 2008, p. 127). Assim, criaram regulamentos da Polícia de Costumes em 1896, com regras comportamentais para as meretrizes: horários definidos que poderiam aparecer à janela, definindo as vestimentas que deveriam usar etc. Quem era pega, no início do século XX, descumprindo alguma lei, era presa, recebia banhos de água fria e tinham a cabeça raspada.

A sociedade de hoje resulta de um movimento histórico, com marcas de seus diferentes contextos socioculturais. “As prostitutas têm sido consideradas demônios, às vezes redimidas, em outras ocasiões consideradas um mal necessário para manter a ordem moral da sociedade” (ROSTAGNOL, 2000, p. 101). Até hoje, a imagem da meretriz está associada às doenças e ao caótico. As artes, por sua vez, retratam a figura da prostituta também no binarismo entre a mulher fatal e a vítima, estigmatizando-a apenas por sua ocupação, logo, desconsiderando outros locais sociais por ela assumidos. Nessa perspectiva da multiplicidade identitária e da compreensão dos jogos de poder envolvidos na depreciação da meretriz, pode-se rasurar o binarismo de sua imagem.

Dessa forma, não mais coadjuvantes das histórias dos grandes homens, nem idealizadas enquanto simplesmente livres sexualmente, tampouco demonizadas como no mito de Lilith⁵, a prostituta reveste-se com diferentes contornos que não mais a engessam em categorias. Não cabe, em pleno século XXI, com todo o avanço social alcançado pelas mulheres, aliado às contribuições dos Estudos Culturais, a ideia de imutabilidade identitária. O ser humano é inerentemente plural, sua identidade é fluida e

⁵ A primeira mulher, Lilith, nascida na velha Babilônia, seduzia homens e matava crianças; longe da submissão ao sexo masculino, ela o dominava – sem contato emotivo, suas relações baseavam-se no prazer carnal. É notório, então, que a construção da figura mitológica de Lilith seja sustentada em oposição ao comportamento esperado para as mulheres, assim a primeira seria o exemplo mitológico do que deveria ser evitado (BRUNEL, 2005).

se adequa aos contextos vivenciados, logo, não se pode falar em unidade identitária, já que uma mesma pessoa assume diversos papéis em sua trajetória.

A identidade é, nesse sentido, um pacto socialmente imperativo que serve para identificar e agregar os indivíduos em grupos. Porém, a participação nessas comunidades identitárias não é permanente, tampouco exclusiva. Quando um novo contexto surge, o sujeito cria alianças diversas com outras confrarias. Assim, cada local social institui suas leis, as quais devem ser obedecidas a fim de manter sua permanência nele. Todavia, muitas vezes, as regras de um desses espaços conflituam-se, ou até mesmo contradizem, os de outros ocupados por uma mesma pessoa.

Com a figura da prostituta não seria diferente. Sua ocupação é apenas uma parte de si. Entretanto, a sociedade, especialmente depois da Idade Média e os ideais cristãos, a fim de marcar as diferentes identidades a partir de hierarquias, estabeleceu que essa mulher não teria dignidade por não se inserir nos moldes de sua ordem social. Essa depreciação do diverso não se dá apenas com a meretriz, mas com qualquer pessoa que subverta e se inscreva fora dos valores sociais e morais vigentes. Dessa forma, fixar a prostituta no estereótipo da mulher fatal ou da vítima da sociedade, ou colocá-la em contraponto à “mulher de família”, é uma forma de minimizar a complexidade que é o ser mulher.

REFERÊNCIAS

ADLER, Laure; LÉCOSSE, Élis. L’eternel féminin: muses, victims et femme fatales. In: **Les femmes qui aiment sont dangereuses**. Paris: Flammarion, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 8 ed. Rio de Janeiro, 2010.

BRUNEL, Pierre. Lilith. In: **Dicionário de Mitos Literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 582-5.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORALINA, Cora. **Todas as vidas**. Disponível em: <<
<http://www.paralerepensar.com.br/coracoralina.htm> >>. Acesso em: 15 jan 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Identidade. In: **Minidicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 291.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAMAS, Berenice. **O duplo em Lygia Fagundes Teles**: um estudo em Literatura e Psicologia. Porto Alegre: Edipurs, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PLATÃO. **Banquete**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2009.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta Sagrada**. 5 ed. São Paulo: Paulus Editora, 2005.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**- a prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROSTAGNOL, Susana. Regulamentação: controle social ou dignidade do/ no trabalho? In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ; BENEDETTI, Marcos Renato (Org.). **Na Batalha**: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa; Palmarica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.